

O Município de Vila Nova de Cerveira assume os Compromissos de Aalborg

Em 15 de Dezembro de 2006, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Cerveira, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou a subscrição dos chamados compromissos de Aalborg, dando dessa forma início ao processo de elaboração da respectiva Agenda 21 Local.

A Agenda 21 Local de Vila Nova de Cerveira, cujo processo deverá decorrer durante o ano de 2007, insere-se num trabalho mais amplo desenvolvido no conjunto dos 5 municípios que integram a Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho, de molde a perspectivar uma Agenda 21 para a região, que estabeleça uma visão coerente, ordenada e sustentável, para o desenvolvimento futuro deste território.

A versão portuguesa dos “Compromissos de Aalborg” subscritos pela autarquia cerveirense foi produzida pelo Prof. Doutor João Farinha e Dra. Lurdes Poeira, que participaram na Conferência Internacional de Aalborg+10 a qual se realizou em 12 Junho 2004 na referida cidade dinamarquesa, tendo ainda contado com a colaboração da Eng.^a Graciete Silva.

O texto integral dos Compromissos de Aalborg é então o que a seguir se reproduz:

AALBORG+10 Inspirando o Futuro

A Nossa Perspectiva Comum

Nós, Autoridades Locais Europeias, unidas na **Campanha Europeia de Cidades e Vilas Sustentáveis**, reunidas na **Conferência Aalborg+10**, confirmamos a nossa perspectiva comum de um futuro sustentável para as nossas comunidades. A nossa perspectiva refere-se a **cidades e vilas inclusivas, prósperas, criativas e sustentáveis**, que proporcionam uma **boa qualidade de vida a todos os cidadãos** e permitem a sua **participação** em todos os aspectos relativos à vida urbana. Desde a Cimeira do Rio em 1992 e a adopção, em 1994, dos princípios de sustentabilidade explicitados na **Carta das Cidades e Vilas Europeias para a Sustentabilidade – Carta de Aalborg** – a nossa perspectiva desenvolveu-se através do **Plano de Acção de Lisboa “Da Carta à Acção”**, de 1996, da **Declaração de Hannover dos Presidentes de Municípios Europeus “Na Viragem para o Século XXI”**, de 2000, e da **“Declaração de Joanesburgo”**, de 2002. Consideramos a Conferência **“Inspirando o Futuro – Aalborg +10”**, de 2004, mais um marco neste processo em desenvolvimento.

Os Nossos Desafios

Ao cumprir as nossas responsabilidades de governo e gestão locais, estamos cada vez mais sujeitos às pressões conjuntas da globalização económica e do desenvolvimento tecnológico. Somos também confrontados com alterações económicas profundas e com ameaças e riscos, naturais e humanos, para as nossas comunidades e recursos. Enfrentamos desafios difíceis: criar emprego numa economia baseada no conhecimento, combater a pobreza e exclusão social, assegurar uma protecção efectiva do nosso ambiente, reduzir a nossa pegada ecológica, responder às alterações demográficas e gerir a diversidade cultural, assim como, evitar os conflitos e manter a paz em comunidades já fustigadas pela guerra.

As Nossas Responsabilidades

Temos um papel fulcral em assegurar o desenvolvimento sustentável ao mesmo tempo que respondemos aos desafios em cooperação com outros níveis de governo. Este papel fulcral exige que adoptemos uma abordagem mais enérgica e integrada nas políticas locais, compatibilizando os objectivos ambientais, sociais, culturais e económicos. Simultaneamente devemos garantir que os nossos esforços para melhorar a qualidade de vida local não põem em risco a qualidade de vida de pessoas noutras partes do mundo ou das gerações futuras.

Somos, no dia-a-dia, o nível de governo mais próximo dos cidadãos europeus e detemos oportunidades únicas para influenciar comportamentos individuais no sentido da sustentabilidade, através da educação e de campanhas de sensibilização.

Podemos, a nível local, apoiar a implementação de estratégias e políticas europeias, tais como, a **Estratégia de Lisboa**, a **Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável da União Europeia**, o **6.º Programa Comunitário de Acção em matéria de Ambiente**, a próxima **Estratégia Temática da UE sobre o Ambiente Urbano** e as **Iniciativas Europeias** para as **Alterações Climáticas, Saúde, Governação** e implementação dos **Objectivos de Desenvolvimento do Milénio**, da ONU, e do **Plano de Implementação de Joanesburgo**.

A Nossa Resposta: Os Compromissos de Aalborg

Nós, **Autoridades Locais Europeias**, assumimos estes desafios e aceitamos as nossas responsabilidades. Adoptamos "**Os Compromissos de Aalborg**" como um importante avanço na concretização da **Agenda em Acção** estratégica e coordenada.

Concentraremos os nossos esforços para alcançar o desenvolvimento local sustentável, retirando inspiração dos princípios de sustentabilidade presentes na Carta de Aalborg. Pretendemos traduzir a nossa perspectiva comum, para um futuro urbano sustentável, em **metas** concretas de sustentabilidade e **acções** ao nível local.

Adoptamos os "**Compromissos de Aalborg**" como um recurso a partir do qual iremos seleccionar prioridades apropriadas às nossas realidades e necessidades locais, que deverão ter em atenção o respectivo impacte global. Iniciaremos um processo local e participativo no sentido de identificar metas específicas e horizontes temporais para monitorizar o progresso alcançado

Os Nossos Parceiros

Incitamos todas as **Autoridades Locais e Regionais Europeias** a juntarem-se a nós, assinando os **Compromissos de Aalborg** e informando a Campanha Europeia de Cidades e Vilas Sustentáveis dessa decisão.

Incitamos as nossas **Associações Nacionais de Autoridades Locais e Regionais**, os nossos **Governos Nacionais**, a **Comissão Europeia** e outras **Instituições Europeias** a reconhecerem os **Compromissos de Aalborg**, como um contributo significativo para os esforços europeus no sentido de se alcançar a sustentabilidade, e a apoiarem o nosso trabalho no quadro dos **Compromissos de Aalborg**.

Incitamos as **Redes de Autoridades Locais**, incluindo **Associação das Cidades e Regiões para a Reciclagem (ACRR); Climate Alliance - Klima-Bündnis - Alianza del Clima e.V.; Conselho de Municípios e Regiões Europeias (CEMR); Energie-Cités; EUROCITIES; ICLEI - Local Governments for Sustainability; Medcities; União das Cidades do Báltico (UBC); e Organização Mundial de Saúde (WHO) – Cidades Saudáveis**, a apoiarem o nosso trabalho, no quadro dos **Compromissos de Aalborg**, a assistirem-nos a alcançar e a monitorizar o nosso progresso, e a tornarem acessíveis os campos de conhecimento em que são peritos.

OS COMPROMISSOS DE AALBORG

Aprovados por Aclamação na Conferência Aalborg+10
12 Junho 2004

Tradução da versão Portuguesa: Prof. Doutor João Farinha e Dr.ª Lurdes Poeira, participantes na Conferência.

1. Governância

Nós comprometemo-nos a enriquecer os nossos processos de decisão através de maior democracia participativa.

Por isso vamos trabalhar para:

- 1.1 Continuar a desenvolver uma perspectiva comum e de longo prazo para a cidade sustentável.
- 1.2 Fomentar a capacidade de participação e de acção para o desenvolvimento sustentável tanto na comunidade local como na administração local.
- 1.3 Apelar a todos os sectores da sociedade civil local para a participação efectiva nos processos de decisão.
- 1.4 Tornar as nossas decisões claras, rigorosas e transparentes.
- 1.5 Cooperar efectivamente e em parcerias com municípios vizinhos, outras cidades e vilas, e outros níveis de administração.

2. Gestão Local para a Sustentabilidade

Nós comprometemo-nos a implementar uma gestão eficiente, em ciclos, desde o planeamento, passando pela implementação até à avaliação.

Por isso vamos trabalhar para:

- 2.1 Reforçar os processos de Agenda 21 Local ou outros com vista ao desenvolvimento sustentável local e integrá-los, de forma plena, no funcionamento da administração local.
- 2.2 Realizar uma gestão integrada para a sustentabilidade, baseada no princípio da precaução e tendo em conta a futura Estratégica Temática da União Europeia sobre Ambiente Urbano.
- 2.3 Estabelecer metas e prazos concretos face aos Compromissos de Aalborg bem como um programa de monitorização destes Compromissos.
- 2.4 Assegurar a importância das questões de sustentabilidade nos processos de decisão a nível urbano, bem como uma atribuição de recursos baseada em critérios de sustentabilidade sólidos e abrangentes.
- 2.5 Cooperar com a Campanha Europeia sobre Cidades e Vilas Sustentáveis e as suas redes de cidades para monitorizar e avaliar o nosso progresso tendo em vista alcançar as metas de sustentabilidade estabelecidas.

3. Bens Comuns Naturais

Nós comprometemo-nos a assegurar plenamente as nossas responsabilidades para proteger, preservar e assegurar o acesso equitativo aos bens comuns naturais.

Por isso vamos trabalhar, em toda a nossa comunidade, para:

- 3.1 Reduzir o consumo de energia primária e aumentar a parte de energias renováveis nesse consumo.
 - 3.2 Melhorar a qualidade da água, poupar água e usar a água de uma forma mais eficiente.
 - 3.3 Promover e aumentar a biodiversidade, e alargar e cuidar de áreas naturais especiais e de espaços verdes.
 - 3.4 Melhorar a qualidade do solo, preservar terrenos ecologicamente produtivos e promover a agricultura e a florestação sustentáveis.
 - 3.5 Melhorar a qualidade do ar.
-

4. Consumo Responsável e Opções de Estilo de Vida

Nós comprometemo-nos a adoptar e a proporcionar um uso prudente e eficiente dos recursos e a encorajar um consumo e produção sustentáveis.

Por isso vamos trabalhar, em toda a nossa comunidade, para:

- 4.1 Evitar e reduzir os resíduos, e aumentar a reutilização e a reciclagem.
 - 4.2 Gerir e tratar os resíduos de acordo com as melhores práticas.
 - 4.3 Evitar os desperdícios de energia, e melhorar a eficiência energética.
 - 4.4 Adoptar uma política sustentável de aquisição de bens e serviços.
 - 4.5 Promover activamente a produção e o consumo sustentáveis, em particular de produtos com rótulos ambientais, biológicos, éticos e de comércio justo.
-

5. Planeamento e Desenho Urbano

Nós comprometemo-nos a reconhecer o papel estratégico do planeamento e do desenho urbano na abordagem das questões ambientais, sociais, económicas, culturais e da saúde, para benefício de todos.

Por isso vamos trabalhar para:

- 5.1 Reutilizar e regenerar áreas abandonadas ou socialmente degradadas.
 - 5.2 Evitar a expansão urbana, dando prioridade ao desenvolvimento urbano no interior dos aglomerados, através da recuperação dos espaços urbanos degradados e assegurando densidades urbanas apropriadas.
 - 5.3 Assegurar a compatibilidade de usos ao nível dos edifícios e áreas urbanas, oferecendo adequado equilíbrio entre empregos, habitação e equipamentos, dando prioridade aos usos residenciais nos centros das cidades.
 - 5.4 Assegurar uma adequada conservação, renovação e utilização/reutilização do nosso património cultural urbano.
 - 5.5 Adoptar critérios de desenho urbano e de construção sustentáveis e promover a arquitectura e as tecnologias de construção de alta qualidade.
 - 5.6
-

6. Melhor Mobilidade, Menos Tráfego

Nós reconhecemos a interdependência entre os transportes, a saúde e o ambiente e, por isso, comprometemo-nos a promover as opções de mobilidade sustentáveis.

Por isso vamos trabalhar para:

- 6.1 Reduzir a necessidade de utilização do transporte individual motorizado e promover modos de transporte alternativos, viáveis e acessíveis a todos.
 - 6.2 Aumentar a parte de viagens realizadas em transportes públicos, a pé ou de bicicleta.
 - 6.3 Encorajar a transição para veículos menos poluentes.
 - 6.4 Desenvolver um plano de mobilidade urbana integrado e sustentável.
 - 6.5 Reduzir o impacto dos transportes sobre o ambiente e a saúde pública.
-

7. Acção Local para a Saúde

Nós comprometemo-nos a proteger e a promover a saúde e o bem-estar dos nossos cidadãos.

Por isso vamos trabalhar para:

- 7.1 Disseminar informação no sentido de se aumentar o nível geral dos conhecimentos da população sobre os factores essenciais para uma vida saudável, a maioria dos quais se situa fora do sector restrito da saúde.
- 7.2 Promover o planeamento urbano para o desenvolvimento saudável das nossas cidades garantindo assim os meios indispensáveis para construir e manter parcerias estratégicas para a promoção da saúde.
- 7.3 Aumentar a equidade no acesso à saúde com especial atenção aos pobres, o que requer a elaboração regular de relatórios sobre o progresso conseguido na redução das disparidades.
- 7.4 Promover estudos de avaliação de impacte na saúde, como meio de permitir a todos os sectores de actividade focar o seu trabalho na melhoria da saúde e da qualidade de vida.
- 7.5 Motivar os urbanistas para integrarem condicionantes de saúde nas estratégias de planeamento e desenho urbano.

8. Economia Local Dinâmica e Sustentável

Nós comprometemo-nos a apoiar e a criar as condições para uma economia local dinâmica que reforce o acesso ao emprego sem prejudicar o ambiente.

Por isso vamos trabalhar para:

- 8.1 Introduzir medidas para estimular e apoiar o emprego local e a formação de empresas.
 - 8.2 Cooperar com o tecido empresarial local para promover e implementar boas práticas empresariais.
 - 8.3 Desenvolver e implementar princípios de sustentabilidade para a localização de empresas.
 - 8.4 Encorajar o mercado de produtos locais e regionais de alta qualidade.
 - 8.5 Promover um turismo local sustentável.
-

9. Equidade e Justiça Social

Nós comprometemo-nos em assegurar comunidades inclusivas e solidárias.

Por isso vamos trabalhar para:

- 9.1 Desenvolver e implementar programas para prevenir e reduzir a pobreza.
 - 9.2 Assegurar acesso equitativo aos serviços públicos, à educação, a oportunidades de emprego, à formação profissional, à informação e a actividades culturais.
 - 9.3 Promover a inclusão social e a igualdade entre os géneros.
 - 9.4 Aumentar a segurança da comunidade.
 - 9.5 Garantir habitação e condições de vida de boa qualidade e socialmente adequadas.
-

10. Do Local para o Global

Nós comprometemo-nos a assumir as nossas responsabilidades globais pela paz, justiça, equidade, desenvolvimento sustentável e protecção do clima.

Por isso vamos trabalhar para:

- 10.1 Elaborar e seguir uma abordagem estratégica e integrada para minimizar as alterações climáticas, e trabalhar para conseguir níveis sustentáveis de emissões de gases geradores do efeito de estufa.
- 10.2 Integrar a política de protecção climática nas nossas políticas de energia, de transportes, de consumo, de resíduos, de agricultura e de florestas.
- 10.3 Disseminar informação sobre as causas e os impactes prováveis das alterações climáticas, e integrar medidas de prevenção na nossa política referente às alterações climáticas.
- 10.4 Reduzir o nosso impacto no ambiente global e promover o princípio da justiça ambiental.
- 10.5 Reforçar a cooperação internacional de vilas e cidades e desenvolver respostas locais para problemas globais em parceria com outros governos locais, comunidades e outros actores relevantes.